
PRÁXISCOMUNAL

volume 1 | número 1 | Janeiro - Dezembro 2018

“SER MARXISTA NA ANTROPOLOGIA”: UMA ENTREVISTA COM MAURICE GODELIER

Tradutor: Lucas Parreira Álvares
Revisor da tradução: Aníbal Carvalho de Godoy

GODELIER vs. CLASTRES: Polêmica na Antropologia. In: Zona Erógena: Buenos Aires: 1993, nº16, p. 1-10.



“SER MARXISTA NA ANTROPOLOGIA”: UMA ENTREVISTA COM MAURICE GODELIER

Tradutor: Lucas Parreira Álvares¹

GODELIER vs. CLASTRES: Polêmica na Antropologia. In: **Zona Erógena**: Buenos Aires: 1993, nº16, p. 1-10.

REVISTA: Creio que para começar seria interessante abordar uma série de questões ligadas à antropologia em geral, questões acerca de sua constituição enquanto disciplina, seu objeto, seu método, etc².

MAURICE GODELIER: Teríamos que, para isso, nos remeter às condições históricas e teóricas em que se forma a Antropologia. A Antropologia se constitui verdadeiramente como disciplina no século XIX, isto é, no momento da expansão colonial, imperial, da França, Inglaterra, etc. A Antropologia como tal não possui um objeto próprio. Tudo o que não interessa aos economistas, historiadores, aos sociólogos, sobra generosamente aos antropólogos. Por quê? Porque os historiadores e os economistas se interessam somente pelas sociedades as quais existem escritos, documentos históricos. As sociedades que não possuem escrita, as sociedades cuja única História é a oral, as sociedades que não possuem arquivos, não os interessam. Para conhecer essas sociedades é necessário ir até elas, aprender sua língua, viver com seus habitantes, estabelecer uma relação pessoal com eles, relação pessoal que produz a informação do antropólogo. E essa informação, naturalmente, deve se submeter a crítica tal como se fosse procedente de outras fontes, porém nesse caso é você mesmo quem está como fonte de informação, porque vai viver ali, enquanto os historiadores vão a bibliotecas manusear documentos do passado e estudá-los. Voltando ao que eu dizia, a Antropologia, quando se constituiu, não possuía objeto.

Para falar com o nosso “jargão” profissional, o método da “observação participante”. O antropólogo, por exemplo, se vai viver dois anos em uma aldeia africana ou em um povoado andaluz³, estabelece um contato pessoal com a comunidade, contato esse que pode ser aceito ou rechaçado, mas que em todo caso participa da vida das comunidades que estuda e assim, pouco a pouco, pode ir colocando em evidência a estrutura de suas relações sociais.

¹ Mestrando em Direito e graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais.

² Nota do tradutor: procurei sinalizar com [N.T.] as notas de rodapé que julguei ser necessário desenvolver no decorrer do texto. Gostaria de agradecer imensamente a atenciosa revisão dessa tradução feita por Aníbal Cenzi.

³ [N.T] Referente à Andaluzia, uma comunidade autônoma da Espanha.

Para os antropólogos de minha geração, a Antropologia deixou de ser uma disciplina exótica. Nós queremos aplicar as técnicas da “observação participante” na vida moderna de nossas sociedades. Por razões filosóficas, teóricas, políticas, queremos adentrar, por exemplo, nas empresas capitalistas, fazer uma Antropologia do mundo operário, do regionalismo, da mulher, etc.

Em todo caso, nós acreditamos que a Antropologia tem que deixar de ser a lixeira da História, acreditamos que tudo pode ser estudado e analisado do ponto de vista da Antropologia.

REVISTA: Universitária e anglo-saxônica...

MAURICE GODELIER: Sim, com efeito, a primeira corrente antropológica dominante, nos princípios do século XX, é a corrente empirista anglo-saxônica, que surge como resposta à filosofia evolucionista do século XIX, o darwinismo social. O evolucionismo estudava a evolução das sociedades a partir de um ponto de vista racista e historicista. Morgan, por exemplo, o Morgan citado por Marx e Engels, divide a sociedade em três estágios: sociedades selvagem, sociedades bárbaras e sociedades civilizadas; e o homem civilizado, para eles, é o inglês vitoriano, o francês... Em todo caso o homem branco da sociedade imperialista.

A mudança de século produz a decadência desse modelo evolucionista. É a crise de Husserl na filosofia, é Lênin que exhibe **Materialismo e Empiro-Criticismo**, é Ferdinand de Saussure que faz uma crítica da linguística que repudia a História, etc. Os anglo-saxões exigem o fim dos *a priori* históricos, das teorias da História. Querem fatos, fatos e fatos. Centenas de professores e pesquisadores acumulam centenas de livros sobre centenas de sociedades. E o que descobrem é que todas as instituições sociais **servem para algo**: para constituir a autoridade, para organizar a produção ou o parentesco, etc. Em poucas palavras, elaboram um quadro funcionalista, antievolucionista, anti-histórico, em que não há lugar para a evolução nem para a História. Para eles, não é a História que nos explica, mas sim, nós quem explicamos a História.

A força do funcionalismo, entretanto, não era senão a fraqueza do evolucionismo, ou seja, da filosofia abstrata-especulativa da História. Mas o funcionalismo estava também ligado à prática colonial inglesa, e por outro lado, quando se liquida a História, se coloca um grave problema na hora de comparar sociedades distintas. Como comparar, por exemplo, a sociedade espanhola com a francesa e essa com a guineana? Cada uma delas é um caso particular absolutamente independente das demais? Esse problema é o que acabou produzindo a crise do empirismo funcionalista anglo-saxão.

REVISTA: O que suscitará o aparecimento do estruturalismo...

MAURICE GODELIER: O estruturalismo, que coloca em primeiro plano a noção de estrutura das relações sociais, é uma análise anti-empírica ao mesmo tempo que é

antievolucionista e antimarxista. No entanto, está de acordo com o marxismo em um ponto fundamental: as relações profundas das sociedades nunca são diretamente visíveis. É necessário ir do visível ao invisível, das relações visíveis à estrutura invisível. E nisso consiste precisamente o conhecimento científico: o descobrimento do oculto.

Na teoria do capital de Marx, por exemplo, é revelado que, ainda que se pague um salário aos trabalhadores, este salário não é o equivalente do valor, mas camufla, esconde algo: o lucro, o trabalho não remunerado.

O estruturalismo faz uma crítica do empirismo positivista anglo-saxão e propõe a hipótese de que se pode comparar sociedades, afinal, todas elas pertencem a um sistema lógico (de lógica social, não matemática) de transformações. O estruturalismo se desenvolveu principalmente na França, mas não apenas lá e nem só no campo da Antropologia, pois também há abordagens estruturalistas na linguística, biologia molecular, etc.

O estruturalismo – entendo por tal a obra de Lévi-Strauss e de seus discípulos – possui dois defeitos essenciais: não pode explicar verdadeiramente as transformações estruturais e descarta as representações sociais, ou melhor, acredita que essas representações não determinam em nada a evolução social, que são uma simples espuma na superfície da História. Para Lévi-Strauss, os homens não fazem a História, nem as revoluções mudam nada.

Naturalmente, frente a esse estruturalismo não se pode opor um marxismo dogmático e mecanicista, que não é nada mais que um “*mauvaise cuisine*”⁴ do estruturalismo. Se exige um marxismo mais complexo, que, como o estruturalismo, seja antiempirista, mas que ao contrário dele, explique todos os casos de experiência, todas suas variações e transformações.

O que acontece é que o estruturalismo não estuda a função da forma. Estuda lógicas formais: arquiteturas, esqueletos, estuda a anatomia das funções sociais, mas não sua fisiologia, a fisiologia das relações sociais, da propriedade, do poder, etc.

REVISTA: Pode-se considerar o estruturalismo como a ideologia espontânea dos antropólogos que estudam as “sociedades sem História”?

MAURICE GODELIER: Não existem sociedades sem História, isso é pura ideologia. A ideia de que existem sociedades com História, sociedades “quentes” e sociedades “frias”, em hibernação histórica, é uma fantasia do estruturalismo que carece totalmente de seriedade. Todas as sociedades possuem História, ainda que não tenham o mesmo ritmo nem as mesmas condições de trabalho, de produção, etc.

O estruturalismo, por outra parte, não é uma ideologia espontânea, mas sim uma ideologia extraordinariamente refinada, resultado da aplicação nas ciências sociais de uma série de descobrimentos da linguística, como por exemplo, a consideração da

⁴ N.T.] Algo como um “cozimento ruim”.

sociedade como comunicação e intercâmbio, ou a afirmação de que a língua possui uma potência sobre o indivíduo, de que há algumas leis estruturais da matéria linguística.

O que falta ao estruturalismo é o mesmo que falta à maioria das ciências sociais funcionalistas. A maioria dos sociólogos, antropólogos, historiadores, etc., compartilham a ideia banal de que os homens vivem em sociedade – isso é falso. Os homens não “vivem em sociedade”. Os chimpanzés, sim, esses vivem em sociedade. Os homens “produzem a sociedade” para viver. Estudar as formas sociais e o modo pelo qual os homens se adaptam às formas sociais, isso é o que todos fazem. Mas estudar o acontecimento fundamental do processo de formação e produção da sociedade, o que distingue o homem do gorila, do chimpanzé ou do orangotango, isso só o marxismo colocou em evidência. O problema central dos grandes debates filosóficos-antropológicos (estruturalismo, funcionalismo, neo-funcionalismo, neo-evolucionismo, etc.) é o seguinte: como pensar o fato radical de que o homem produza sua sociedade para viver? A espécie humana é a única que produz diferenças significativas que se acumulam entre o indivíduo e o grupo. Os chimpanzés produzem pequenas diferenças (por exemplo, existem chimpanzés que comem cerejas e outros não), mas essas diferenças nunca se acumulam até produzir outra forma de organização social.

REVISTA: Ser marxista na Antropologia não é um pouco comprometedor na medida em que todas as formulações nesse sentido dos clássicos do marxismo parecem limitar-se aos escritos de Engels, e justamente a partir da teoria de Morgan?

MAURICE GODELIER: Isso não é totalmente correto. Marx, por exemplo, não aprendeu Antropologia com Morgan. Antes de o ler, Marx escreveu, entre 1853 e 1857, vários artigos sobre o modo de produção asiático. Engels, por sua vez, escreveu um livro notável em seu tempo pelo conhecimento demonstrado em Antropologia, no qual deixa muito claro que se apoia nos fatos estabelecidos por Morgan e pelos missionários para, a partir deles, levar a cabo uma interpretação plausível. Mas Engels sempre afirmou a possibilidade de revisar por inteiro suas teorias. O que depois foi feito com elas, isso é outra coisa. Engels não é responsável pelo que fez Stálin com as ciências sociais. O marxismo foi vítima de uma grande catástrofe histórica: tornou-se uma filosofia de Estado. O que era um método de investigação científico e revolucionário (científico porque compreendia os fatos sociais, e revolucionário porque servia para organizar a luta) se converteu em uma filosofia de Estado. Com isto, o marxismo deixava de ser ciência. Hoje estamos obrigados a recriar o marxismo contra esse marxismo-filosofia de Estado. Não se trata de desenvolver o que disse Marx mas sim de redescobri-lo, porque Marx foi completamente desnaturalizado.

Ser marxista em Antropologia significa muito mais do que ser um professor de Antropologia. É necessário fazer algo, praticar a Antropologia para além de certos conchavos acadêmicos, de certos guetos universitários. Por exemplo, não se trata

tanto de estudar os bascos ou os árabes, mas sim de estudar com os bascos e com os árabes os problemas que eles se colocam. Essa é uma mudança a qual a Antropologia está obrigada a cumprir: não estudar os homens como objetos, mas sim estudar seus problemas com eles como sujeitos que são. E essa é uma mudança difícil, pois muitos antropólogos preferiram seguir escrevendo livros sobre os bascos e os árabes sem se comprometer.

REVISTA: Insistindo na pergunta anterior, qual a vigência atual das afirmações de Engels sobre a origem da família, da propriedade e do Estado?

MAURICE GODELIER: Pode-se fazer um balanço das coisas mortas, das coisas historicamente superadas no marxismo: atualmente não há uma teoria marxista da origem das classes, não há uma teoria marxista dos fundamentos da dominação masculina, que é uma contradição entre as classes, essas que só existiram em certas sociedades. Existem sociedades sem classes, e sociedades com classes que não têm Estado. A questão das classes não é automaticamente a questão do estado, e isto já foi observado por Engels quando disse que na antiguidade havia formações aristocráticas sem Estado. O que é que está vivo no marxismo? Oras, as teses gerais do materialismo, a ideia de que os homens produzem a História, a ideia de que há um vínculo orgânico entre as condições de produção e as condições de organização do parentesco, etc.

Mas hoje o marxismo está em crise. Está atravessando uma crise profunda tanto teórica quanto política, e não apenas uma crise no que diz respeito ao esquerdismo, fenômeno que nunca foi interpretado de outro modo senão o do stalinismo. Aqui em Paris, por exemplo, temos toda essa merda do marxismo de Garaudy e a constituição do neo-dogmatismo marxista de Althusser, uma verdadeira praga de um infantilismo teórico espantoso, que acredita ser capaz de recriar em uma semana toda a teoria marxista. E tem sido esse fenômeno, em parte, uma das causas do surgimento desses “novos filósofos” que dizem: “Marx = Ciência = Terror = Gulag = Rússia = etc”.

A teoria althusseriana das instâncias (infraestrutura, superestrutura, ideologias), por exemplo, é algo que só funciona na França, pois aqui as fábricas estão em um lugar, a mulher em outro, as igrejas em outro, e as sedes dos partidos em outro. Aqui está a família, ali está a religião, lá a política, acolá a produção, etc. Mas se você for à América do Sul, ou à Guiné, ao Camboja ou à Mongólia, as coisas não funcionam tão bem. Entre nós, as coisas estão separadas em instituições separadas. Mas em outros lugares existem, por exemplo, relações de parentesco que funcionam como condições de apropriação da terra; nesses lugares, a distinção entre infraestrutura e superestrutura já não é uma distinção entre instituições e coisas separadas, mas entre funções diferentes de uma mesma série de relações sociais.

REVISTA: É isso o que leva Poulantzas a rechaçar a possibilidade de aplicar o esquema

marxista às sociedades pré-capitalistas.

MAURICE GODELIER: Poulantzas não tem nenhuma noção de Antropologia. Ele só leu três ou quatro livros sobre sociedades primitivas. Sua concepção é puramente abstrata: ele vê as relações sociais como se fossem **coisas**, com uma possibilidade de definição categórica.

REVISTA: Mas, por exemplo, a distinção de Althusser entre dominância e determinação serve pra algo, não?

MAURICE GODELIER: A questão da dominância é fundamental, é claro. Mas Althusser diz que é a economia o que faz com que em certas sociedades o parentesco ou a religião sejam as “instâncias” dominantes. Isso é um erro! O parentesco ou a religião dominam porque elas são a relação de produção. Não é a economia o que faz dominar o parentesco ou a religião, mas sim, exatamente o contrário. Pense, por exemplo, no sistema de castas.

Por meio do sistema de castas se controla a terra, os produtos agrícolas, a circulação das riquezas, etc. Minha interpretação é totalmente diferente da de Althusser. Os althusserianos têm levantado a questão da dominação e da determinação, a mais famosa cruz dos marxistas, uma cruz em que todos têm sido crucificados.

Mas existem outras maneiras de levantar essa questão. Em todo caso, o que faz falta é um debate, não constituir uma cúpula de pensadores que pensam a teoria fundamental e deixam que os demais “digam bobagens (tolices, etc)”.

Não se deve deixar de criticar esse incessante renascimento da dominação ideológica de uma teoria abstrata.

REVISTA: Ultimamente, parece estar na moda as teses de um antropólogo, Pierre Clastres, que não foi precisamente muito benévolo em sua crítica à Antropologia marxista⁵. Qual sua opinião sobre as teses de Clastres?

MAURICE GODELIER: Eu trabalhei com Clastres e o conheci muito bem. Tenho que dizer que sempre o combati vigorosamente. Suas teses têm sido divulgadas pelo periodismo francês e exportadas ao exterior, mas não possuem realmente nenhum fundamento científico. E não digo isso apenas em defesa das teses marxistas, mas acontece que Clastres era um ignorante – e eu odeio dizer isso, pois ele está morto. Só escreveu três artigos, não conhecia em absoluto a Antropologia comparada dos sistemas estatais. Inclusive ignorava Marx: quando fala de Marx, o que diz é absolutamente banal. Clastres desenvolveu a tese de que os povos primitivos conspiram contra o Estado, que para eles o Estado era o déspota que os ameaçava, diante disso, e para defender

⁵ [N.T.] Os editores da revista Zona Erógena se referiram, nesse momento, às críticas de Pierre Clastres à assim chamada Antropologia marxista francesa, principalmente às figuras de Claude Meillassoux e claro, Maurice Godelier (cf. CLASTRES, Pierre. Os marxistas e sua Antropologia. In: CLASTRES, P. **Arqueologia da Violência**. São Paulo: 2004, Cosac Naify, p.197-214).

uma igualdade que a ideia de Estado ameaçava, conjuravam o nascimento do Estado. Essas teses, que têm sido retomadas por Deleuze/Guattari e outros ideólogos, são teses finalistas. É muito interessante, por outro lado, ver como pessoas que se dizem progressistas utilizam tranquilamente categorias finalistas. Falam de sociedades em que a comunidade, sabendo o que pode vir, o evoca, conjura o futuro. Essa ideia de que se pode evocar um futuro que ainda não existe, mas que se apresenta, sobre a figura do déspota, é uma ideia não só anti-marxista, como também anti-materialista. Na teoria fantasmática elaborada por Clastres, a análise das relações sociais tem desaparecido. O Estado é o déspota, a figura de todas as opressões.

Entre as muitas coisas que o Sr. Clastres ignorava, pois era um ignorante, está o fato de que existem sociedades com classes e sem Estado. Se o senhor quiser um exemplo, pense nos Tuareg: entre os Tuareg existem classes, clãs que dominam os tributos, etc., mas não há Estado. Nessas sociedades, que são sociedades de exploração e de opressão, o governo se realiza fundamentalmente por meio de uma repartição do poder entre as grandes famílias aristocráticas, mas não existe um aparato de Estado a parte.

As teses de Clastres foram repetidas por Lefort e outros filósofos, filósofos esses que se dedicam a fazer ideologia em Paris, pois esse tipo de tese só possui sentido em Paris, no marco da luta ideológica anti-marxista que aqui se realiza, porém não tem nenhum valor antropológico.

Quando Clastres desenvolveu suas teses no seminário de Lévi-Strauss, esse, que não é precisamente marxista, se despediu de Clastres dizendo-lhe: “você sequer leu as obras que cita”. Naturalmente, isso é espantoso do ponto de vista científico, mas se desse ponto de vista é espantoso, quando o usam Deleuze/Guattari e toda essa gente, e começam a falar de “territorialidade” e tudo isso, é ainda pior.

Clastres afirma também que as sociedades primitivas são igualitárias porque o que o que conjuram é a desigualdade. Por favor! Isso não é correto. As sociedades primitivas vivem na desigualdade. Nelas existem, por exemplo, o domínio dos homens sobre as mulheres. Não existe Estado, certo, mas a máquina opressora dos homens sobre as mulheres é formidável; há uma dominação política, econômica, social, etc., do homem sobre a mulher. Assim, a máquina estatal - se entendemos por ela o Leviatã, esse monstro dominador - existe também nas “sociedades sem estado”. Existe uma máquina opressora ainda que sirva para que um sexo oprima o outro, e não para que uma classe oprima a outra.

A tese de Clastres também poderia ser formulada assim: o Estado (teoria do fantasma) nasce de uma conjugação de dois desejos: o desejo de submeter-se e o desejo de submeter. Há quem nasce para ser chefe, e quem nasce para ser escravo. E o escravo quer chefes, quer mestres. Era o que dizia La Boétie no século XVII sobre o nascimento do mal: o mal nasce do desejo do mal. E a isso chamam de Antropologia Nietzscheana!

Eu chamaria de Antropologia parisiense-nietzschiana. Acontece que Nietzsche morreu louco por suas ideias. As levou até o fim, até a loucura, e não até a TV e os círculos nos quais discute a pequena burguesia.

Por fim, tudo o que se faz em Paris com a Antropologia de Clastres e coisas do tipo é uma espécie de “bricolagem” ideológica. No plano científico as coisas são muito distintas. Para compreender o problema da formação das classes é necessário uma teoria muito complexa que hoje, entretanto, não existe. Existe apenas retalhos dela, mas o que se pode adiantar, é que as classes surgem, de algum modo, da hierarquia entre grupos de parentesco. A primeira forma de classe que se conhece é o nascimento de uma aristocracia primitiva. Há, nesse sentido, algo que me parece extraordinariamente importante e que exige uma revisão das clássicas teses mecanicistas do marxismo, e é que na formação de uma aristocracia primitiva desse tipo, o monopólio dos meios imaginários de redução é mais importante que o monopólio dos meios materiais, reais, de produção. Nas sociedades primitivas (na maioria delas, pelo menos), todo mundo sabe fabricar um arco, todo mundo deve saber fabricar seus instrumentos se querem sobreviver, mas há outras coisas que a maioria das pessoas têm de forma desigual, e deve-se encontrar as condições dessa desigualdade. Há, por exemplo, uma desigualdade nas condições do saber mágico que permite a reprodução da vida e o controle imaginário das condições de reprodução da vida e da sociedade. Uma relação de dominação é uma relação em que um trabalha para o outro ou que um, que trabalha em teoria para si mesmo, produz, por meio do que se chama sobre-trabalho, o trabalho excedente, as condições de existência para os demais. O que atualmente se está fazendo – e eu poderia citar uma dezena de antropólogos, nenhum dos quais é Clastres – é elaborar uma teoria das condições nas quais uma parte da sociedade pode aparecer para o resto como proprietária das condições de reprodução do todo – o Estado é algo que se desenvolve somente em certas condições. Existem sociedades de classe que não possuem Estado. E existem também sociedades em que há classes e que o Estado se configura primeiro. Imaginem, em detrimento de uma porção da classe dominante, quer dizer, nas sociedades em que uma parte da classe dominante submete a toda classe dominante uma função da criação de um aparato especializado.

Hoje é muito frequente ouvir simplificações do marxismo do tipo “classes significa Estado”...

REVISTA: Mas isso foi o próprio Lênin que disse!

MAURICE GODELIER: Ainda que Lênin tenha dito, deve ser criticado. Antes, com frequência, se lançava mão de modelos simplistas, rígidos, slogans, de fórmulas feitas. É necessário terminar com todos esses jargões proféticos do tipo “a revolução socialista não resolve o problema dos sexos”. Essas formulações não servem para a luta de classes, para o trabalho diário. São fórmulas proféticas que estão a ponto de passar

para a lixeira da História.

Clastres não é uma alternativa à ciência antropológica. Clastres é um ideólogo que se apoderou de alguns fatos e construiu uma profecia. Para mim, Clastres, como Deleuze/Guattari, Bernard-Henri, Levi y todos esses ideólogos, são anarquistas de direita. E acredito que grande parte das raízes desses pensadores foram buscadas no próprio marxismo, pelo menos, no marxismo operário tal como se desenvolveu na França, na incapacidade dos comunistas de fazerem uma análise real das relações sociais.

PRÁXISCOMUNAL

Práxis Comunal
v1.n.1 JAN-DEZ. 2018
Periodicidade: Anual

seer.ufmg.br/index.php/praxiscomunal
praxiscomunal@fafich.ufmg.br

ÁLVARES, Lucas Parreira. "Ser marxista na antropologia": Uma entrevista com Maurice Godelier..

Data de submissão: 26/02/2018 | Data de aprovação: 25/03/2018

A Práxis Comunal é uma revista eletrônica da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Como citar este artigo:

GODELIER vs. CLASTRES: Polêmica na Antropologia. Zona Erógena: Buenos Aires: 1993, nº16, p. 1-10. Tradução: ÁLVARES, Lucas Parreira. "Ser marxista na antropologia": Uma entrevista com Maurice Godelier. In: **Práxis Comunal**, v. 1, n.1, p. 179-187, jan./dez. 2018.